



Em defesa da vida e do direito de estudar com qualidade: nenhum(a) estudante fica para trás

O CUIDADO COM A VIDA DEVE ESTAR EM PRIMEIRO LUGAR

Estamos vivendo, no Brasil e no mundo, uma situação nunca experimentada pela humanidade, podendo estabelecer alguma proximidade apenas com os fatos ocorridos há cerca de um século com a gripe espanhola. Se trata, portanto, de algo desconhecido pelas gerações atuais. Tal qual a pandemia de cem anos atrás, a do COVID-19 também tem características de rápida propagação e contaminação, o que faz com que, mesmo apresentando baixa letalidade, atinja uma quantidade gigantesca de pessoas, levando a índices preocupantes de óbitos. Agravando ainda mais esse cenário, acirrou-se também uma crise ordem política, econômica e social que evidenciou, além dos impactos do desinvestimento no sistema público de saúde e na pesquisa científica, as desigualdades de raça e classe em nosso país.

Universidades, pesquisadores e jovens estudantes do mundo todo têm se debruçado sobre o desenvolvimento de uma série de pesquisas objetivando reduzir e conter a disseminação do vírus, seus resultados vêm sendo sistematizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em recomendações elaboradas em consenso entre especialistas e órgãos de saúde de todo o mundo.

A ausência, por hora, de medicamentos que possam tratar a doença ou de uma vacina que possa nos imunizar levam à determinação de que a melhor forma de combater o coronavírus é a partir do isolamento social, da higienização do corpo e do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

É partindo dessas considerações que entendemos que as medidas tomadas nas universidades com a suspensão das atividades presenciais são fundamentais e precisam ser mantidas até que tenhamos a garantia sobre o controle da contaminação, baseado em estudos e orientações científicas. Em dezenas de países escolas e universidades estão com aulas presenciais suspensas; em alguns as atividades têm retornado gradualmente, mas apenas após o controle do número de contaminados e com uma série de medidas sanitárias e protocolos de segurança para evitar a contaminação. Ainda assim temos exemplos como a Universidade de Cambridge que afirmou que manterá atividades apenas virtuais até o próximo anoⁱ, e o caso da Françaⁱⁱ, que após a reabertura teve que fechar novamente 70 escolas por identificar a retomada da contaminação.

No Brasil devemos levar em consideração que há uma verdadeira batalha pela defesa da razão. O governo brasileiro ignora todas as evidências científicas e assume uma postura negacionista. Sem planejamento e investimento do estado o resultado é o crescimento desenfreado da contaminação e do número de mortes, o que, assim, coloca nosso país em uma realidade muito mais difícil do que o restante do mundo. Hoje já somos considerados um dos epicentros do COVID-19, segundo lugar no número de casos e com o número de

óbitos diários em franco crescimento, sem perspectiva de quando atingiremos o pico e a curva começará a decrescer.

Há de se levar em consideração, também, que o Brasil tem um território continental e todas as particularidades regionais devem ser observadas em um futuro planejamento de retorno. Mas entendemos que **atualmente é inviável executar qualquer retomada de atividades presenciais, mesmo que parciais, graduais ou em revezamento**. Sobretudo porque as universidades, para além de serem locais de grande aglomeração e circulação (salas de aula, restaurantes universitários, bibliotecas, transporte público, etc.), também contam com estudantes que se deslocam de diversos municípios, fazendo com que o retorno das aulas signifique um **fluxo migratório** e o deslocamento de milhares de pessoas para os locais dos *campi* universitários, representando um imenso risco para a disseminação geográfica e o crescimento exponencial da contaminação.

Ainda assim, acreditamos que a interrupção nas aulas presenciais das universidades não significa se abster do cumprimento de sua função social. Essas instituições de ensino, mesmo diante das dificuldades, são neste momento responsáveis pela realização do maior número de diagnósticos e por mais de 80 pesquisas diretas sobre o Covid-19. Além disso, podem cumprir um papel importante de organizar campanhas de solidariedade para a sua comunidade ou comunidades em seu entorno, além de realizar a divulgação da pesquisa científica que tem realizado. Ainda assim, o MEC retoma a apresentação do projeto Future-se, amplamente rejeitado nas universidades no ano passado, dessa vez no Congresso Nacional.

OS IMPACTOS DA SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS SOBRE OS ESTUDANTES

Sabemos que a suspensão das aulas presenciais nas universidades, embora seja indiscutivelmente uma medida necessária, também acentua complicações que precisam ser atentamente observadas. A principal delas diz respeito à desigualdade de condições entre os estudantes, dentro das universidades ou entre as próprias regiões do país, em que muitos têm na estrutura da universidade o suporte necessário para garantia de necessidades básicas, como o acesso a alimentação através dos Restaurantes Universitários, moradia, assistência médica e psicológica, livros didáticos, computadores, acesso a internet e ambiente adequado de estudo.

A substituição automática das atividades presenciais por plataformas digitais, como permitiu o MEC através da portaria nº 343, de 17 de março de 2020 e prorrogada pela Portaria MEC nº 473, de 12 de maio de 2020, não é, portanto, uma solução justa, visto que desconsidera por completo as limitações de acesso às ferramentas necessárias para acompanhar atividades virtuais ou aulas remotas, bem como a dificuldade que muitos têm de concentração e acompanhamento dos estudos no ambiente doméstico. Por isso, no início do processo de isolamento social no Brasil a maior parte das universidades públicas e institutos federais optaram pela suspensão do calendário acadêmico, **medida com a qual concordamos, por entender que estudantes com dificuldades de acesso à internet e de acompanhar os estudos estariam gravemente prejudicados. E enfatizamos a necessidade**

de garantir a autonomia financeira universitária, tendo em vista que muitas universidades estaduais do país, com a suspensão do calendário, sofreram grave contingenciamento tendo comprometida a sua capacidade de gestão dos recursos de mecanismos que não vem sendo utilizados, como os RU's, impossibilitando o remanejamento desses recursos para assistência estudantil.

Inúmeros estudos têm constatado o atraso do Brasil em relação ao acesso à internet e equipamentos eletrônicos. Segundo dados do levantamento "TIC Domicílios 2019", formulado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), aproximadamente 30% dos lares no Brasil não têm acesso à internet. Em relação a equipamentos eletrônicos, nas classes D e E, apenas 3% e 4% respectivamente, tem acesso a notebooks. Nas regiões norte, nordeste e nas zonas rurais a situação é ainda mais difícil.ⁱⁱⁱ O momento escancara a necessidade dos governos e das universidades tratarem com centralidade a inclusão digital dos estudantes do país.

Em pesquisa da ANDIFES divulgada em 2019, constatou-se que a maioria dos alunos das universidades federais têm baixa renda.^{iv} Boa parte desses estudantes depende de auxílio da permanência estudantil, não tem acesso a rede de internet com a velocidade necessária e muitas vezes utiliza apenas pelo aparelho celular via rede 3G e 4G, insuficientes para acompanhamento das aulas e estudos. Além disso é necessário destacar que os problemas de acesso a equipamentos e internet adequada é somente uma das questões. Muitos estudantes não têm espaços adequados para o estudo, as estudantes mulheres e especialmente mães acumulam tarefas domésticas e o cuidado com os filhos e familiares, a situação difícil e complexa que vemos em nosso país debilita a saúde mental de vários estudantes, o desemprego nas famílias, entre diversos outros problemas que o corpo discente vem se deparando na pandemia .

Outra situação que precisa ser observada é a de parte corpo discente que necessita de instrumentos para acessibilidade, como por exemplo intérpretes de libras. Não aprofundar a falta de inclusão, já existente, dessas pessoas nesse processo. Portanto, é fundamental que a comunidade acadêmica pense também de forma direcionada a esses estudantes.

Tudo isso precisa ser levado em consideração para termos a compreensão de que as desigualdades sociais já existentes são reforçadas diante de um contexto de pandemia e isolamento social. Logo, o oferecimento de quaisquer tipo de atividades virtuais precisam estar ligadas a essa análise e tomada de um conjunto de ações para a redução da disparidade de acesso e condição, entendendo que para se fazer justiça é necessário que o poder público e as universidades busquem implementar planos nacionais e locais de inclusão digital e garantia de e condições adequadas aos estudantes, e ainda que não haja nenhuma exigência acadêmica nesse momento que resultaria em enormes prejuízos a quem mais precisa de apoio, evitando que as desigualdades prejudiquem os estudantes com dificuldades que batalharam para acessar o ensino superior.

Portanto, devem ser princípios básicos para o período de suspensão das aulas **a flexibilização de regras acadêmicas e adoção de novos protocolos**, como por exemplo, o período de trancamento de disciplinas; as exigências de pré-requisitos nas disciplinas; a cobrança de presença; atividades de complementação curricular, reorganização dos componentes curriculares, tempo de integralização do curso, número de disciplinas por período, renovação de bolsas e estágios, matrícula dos estudantes ingressantes no segundo semestre o oferecimento de provas substitutivas sem exigência de atestado médico; entre outras questões. Bem como um **atendimento e acompanhamento especial permanente por parte da universidade aos estudantes que se encontrem em situação de vulnerabilidade, garantindo suporte amplo aos estudantes que necessitam através da manutenção e ampliação de bolsas de assistência estudantil, auxílio emergencial Covid-19, auxílio alimentação, etc.**

ESTABELECEER DISCUSSÕES, ESTUDOS E ACOMPANHAMENTO PERMANENTE

Entendemos que estamos diante de um cenário muito complexo, e sem precedentes para as nossas gerações como já dito, e que, dessa forma, também não passa por respostas fáceis. Isso nos coloca o desafio de, urgentemente, estabelecer canais de diálogo, de estudos e acompanhamento acerca da situação das universidades e das comunidades onde estão inseridas.

Para nós deve ser **um princípio básico para qualquer planejamento a curto, médio e longo prazo, durante a pandemia, a criação de Comissões, Fóruns ou Grupos de Trabalho em cada universidade, pela reitoria, em cada campus e em cada instituto/faculdade, pelas diretorias, reunindo representações de estudantes da graduação e pós-graduação, professores e trabalhadores técnico-administrativos de forma paritária.**

Essas comissões devem ter como objetivo: a) elaborar estudos sobre as condições de vida dos estudantes e como a pandemia atingiu a comunidade acadêmica, levando em consideração o avanço da pandemia sobre os Estados e municípios, a perda de empregos, redução de salários, pertencer ou ter contato com pessoas do grupo de risco, o acesso à instrumentos tecnológicos e à internet, o nível de renda, a adequação do espaço doméstico, entre outros elementos sociais, financeiros e psicológicos; b) com base nesses resultados propor ações que busquem reduzir desigualdades e dificuldades, como distribuição de EPIs, produtos de higiene pessoal, auxílio alimentação, auxílio emergencial Covid-19, ampliação dos serviços de atendimento psicológicos, adequação das moradias universitárias ainda em uso, distribuição de equipamentos tecnológicos, de acesso à internet entre outros; c) discutir que tipo de atividades remotas podem ser adotadas durante os próximos meses, e estratégias para reduzir impactos da suspensão das aulas no desenvolvimento acadêmico dos estudantes; d) fazer uma análise do momento atual da pandemia e elaborar ações, pesquisas e projetos de extensão para fortalecimento do papel social das universidades no combate ao COVID-19;

Tais organismos de estudo e discussão devem se reunir ordinariamente também para o acompanhamento contínuo dos níveis de contaminação do coronavírus e das recomendações científicas e médicas, assim como para a avaliação permanente acerca dos resultados das medidas adotadas em apoio aos estudantes e na utilização de mecanismos remotos.

AULA REMOTA IMPROVISADA NÃO É EAD

É de suma importância afirmar que os modelos que têm sido adotado nas universidades para lidar com a suspensão das atividades presenciais tem uma característica diferente do Ensino a Distância enquanto modalidade de ensino, que deve, necessariamente, contar com regulamentação e metodologia própria, não sendo funcional tentar replicar o modelo tradicional, pensado para ser presencial. A realidade de muitas instituições de ensino, em especial as privadas, que decidiram sumariamente por transferir as aulas para o ambiente virtual é a de uma defasagem muito grande no ensino, devido incompatibilidade da metodologia com o conteúdo a ser ministrado, à insuficiência de material tecnológico e a falta de preparo dos professores para lidar com essas tecnologias.

Entendemos que a modalidade EaD carrega consigo muitas contradições a depender da maneira com que é utilizada e regulamentada. Muitas vezes serve como instrumento para democratizar e ampliar o acesso à comunidades que têm dificuldades geográficas, ou mesmo para facilitar o acesso para quem tem problemas de deslocamento. Entretanto, nos últimos anos acabou se tornando instrumento dos grandes conglomerados do ensino privado para criar um grande mercado consumidor sem as necessárias preocupações com a qualidade do ensino, expandindo por todo o mundo um processo de financeirização da educação que tornou esse um dos maiores mercados em ascensão nos dias atuais.

Sob o discurso de “aproveitar as oportunidades abertas com a crise”, os tubarões do ensino e grandes empresas de tecnologia digital mundiais também disputam os rumos da educação no Brasil. Através de plataformas digitais que defendem um futuro de ensino totalmente digital, aprofundam uma lógica conteudista e tecnicista de educação. Que desprezam o papel que o professor e as interações sociais exercem no aprendizado, visando ampliar os lucros.

Sabemos da vontade deste governo e do MEC em implementar também nas universidades públicas uma expansão desenfreada que carregue esse modelo defasado de Ensino a Distância e **reafirmamos que qualquer uso suplementar ou extraordinário de tecnologias e atividades remotas não pode servir de precedente para aplicação de um projeto de expansão desregulada do EaD na Educação Superior com vistas à redução de custos e tendo como consequência a precarização do ensino**. É importante destacar que a adoção dessa modalidade de ensino nas universidades públicas vigorará apenas nesse momento emergencial de enfrentamento a pandemia do COVID 19. De forma temporária, não permanente.

Também é preciso reconhecer que todas as dificuldades desse momento revelam também uma insuficiência na adaptação das universidades ao uso de tecnologias, que devem ser utilizadas como ferramentas auxiliares importantes para o ensino, pesquisa e extensão nas universidades e institutos federais. Para que seja possível equipar nossas instituições **é urgente um programa emergencial de investimento do MEC e a revogação da EC 95, assim como o fim da suspensão orçamentária de 40% dos recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil.** Precisamos pressionar o Governo e o Congresso Nacional para que isso seja possível.

Nenhum estudante pode ter seu direito ao estudo prejudicado por não ter um computador ou um tablet com internet de qualidade, por ter filhos ou outros dependentes que necessitam de sua atenção, estar submetido a uma carga horária de trabalho atípica e muitas vezes mais extensa, não ter estrutura domiciliar favorável ao estudo e outros tantos problemas que vemos ser acentuados diante dessa crise.

Nesse sentido entendemos que é fundamental que, desde já, todas as instituições públicas de ensino superior iniciem o processo de preparo e treinamento de professores, da aquisição de equipamentos, plataformas e tecnologias, que preparem toda a comunidade acadêmica para lidar com essas necessidades. **Nenhum estudante pode ter seu direito ao estudo prejudicado por não ter um computador ou um tablet com internet de qualidade.**

OBSERVÂNCIA À DIVERSIDADE REGIONAL E ÀS REALIDADES LOCAIS

O Brasil é um país composto de uma grande diversidade geográfica, cultural e socioeconômica, e não seria diferente com a realidade das nossas universidades que estão inseridas em determinados contextos e regiões. Por isso quaisquer decisões precisam, necessariamente, passar pela discussão local e levando em consideração essas especificidades. Entendemos que as medidas adotadas por universidades em um município do sul do Brasil poderão ser diferente das adotadas em uma cidade no norte, assim como no sudeste será diferente do nordeste, mesmo em instituições localizadas na mesma região.

Por isso, o que desejamos propor através desse extenso e detalhado documento são princípios básicos que acreditamos que devem reger as discussões locais entre as diversas categorias que compõe a comunidade acadêmica para que nenhum estudante ou trabalhador seja prejudicado e para que as nossas universidades e institutos federais não reforcem desigualdades sociais já existentes.

TRANSIÇÃO PARA ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS E O ENSINO REMOTO

Temos convicção de que o ensino remoto não é um modelo ideal, de modo que debatemos sobre o método apenas em um marco transitório e excepcional, e que sem as devidas medidas a serem tomadas podem se tornar instrumentos de exclusão, reforçando desigualdade sociais, para além de representar, diante do descompromisso do MEC com a educação, um risco de efetivação desse modelo de ensino nas nossas instituições mesmo após a pandemia e avanço da iniciativa privada sobre a universidade pública. Dessa maneira

todas as questões apontadas acima devem ser levadas em consideração para qualquer planejamento que as universidades e institutos federais pretendam fazer no sentido de adotar atividades remotas e virtuais. **Não podemos deixar nenhum estudante para trás.**

Em síntese, defendemos que, respeitando as realidades locais de cada universidade, para qualquer transição ao ensino remoto deve ser indispensável a garantia das seguintes condições:

- a. Diálogo amplo com representações estudantis, de professores e servidores técnico-administrativos através da criação de GTs/Comissões no âmbito da universidade em conjunto com a reitoria e nos institutos em conjunto com as diretorias que façam discussões e acompanhamento contínuo das atividades e método pedagógico;
- b. Realização de censo estudantil de acesso digital, condições socioeconômicas, materiais e familiares;
- c. Realização de amplas consultas à comunidade acadêmica sobre as condições de estudo para a retomada das aulas;
- d. A partir da identificação dessas necessidades a elaboração de um plano de inclusão digital e comunicação social visando a distribuição de computadores, tablets, chips com internet, e outros equipamentos que possibilitem garantir acesso à tecnologia aos estudantes que tenham dificuldade;
- e. Acompanhamento especial aos estudantes que tenham dificuldades que ultrapassem as questões tecnológicas, como questões financeiras e psicológicas;
- f. Ampliação de projetos que busquem auxiliar a comunidade acadêmica em geral em relação aos problemas de saúde mental, intensificados nesse período de isolamento social;
- g. Ampliação das políticas de assistência e permanência estudantil com criação de editais de programas de auxílio para estudantes em vulnerabilidade social, tendo em vista que diante da crise que vivemos as famílias têm tido cada vez mais dificuldade de manter sua renda;
- h. Manutenção do cronograma de inscrição e pagamento de auxílios de assistência estudantil para veteranos e ingressantes;
- i. Manutenção das bolsas de extensão e reconhecimento da realização dessas atividades de maneira remota para fins de obtenção de créditos ou horas complementares;
- j. Flexibilização de regras acadêmicas e da grade curricular como: reavaliar os prazos de fechamento de curso e jubramento, liberação de trancamento de disciplinas e da matrícula sem prazo de encerramento, suspensão dos pré-requisitos das disciplinas, não obrigatoriedade de presença, não a modificação no coeficiente de rendimento, entre outras questões para que a vida acadêmica dos estudantes não seja prejudicada;

- k. Discussão acerca das estratégias de transição com vistas à reduzir ao máximo os impactos em estudantes com dificuldades de estudo, como por exemplo a utilização de disciplinas eletivas, optativas ou atividades complementares;
- l. Manutenção dos vínculos de estágio dos estudantes mesmo diante da suspensão ou cancelamento do semestre letivo nas universidades;
- m. Planejamento específico para concluintes, em conjunto com esses estudantes, com vistas a garantir a conclusão dos cursos da melhor maneira possível, discutindo estratégias para que os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), dissertações de mestrado e teses de doutorado possam ser apresentadas nesse período virtualmente, prezando pelas orientações de segurança;
- n. Liberação imediata dos 40% de recursos do Plano nacional de Assistência Estudantil sob supervisão;
- o. Alocação das verbas ociosas para aportes em assistência estudantil;
- p. Adaptações sanitárias no ambiente universitário para que a comunidade acadêmica seja recebida com segurança quando da retomada das atividades presenciais, como a ampliação das salas de aula, diminuição do número de alunos por turma, instalação de pias e dispensers de álcool em gel nas salas de aula etc;
- q. Implementação de instrumentos de acessibilidade para que as pessoas com deficiência sejam incluídas no processo;
- a. Auxílio-alimentação para os estudantes cadastrados em programas sociais federais ou que possuam CadÚnico e estudantes contemplados com as políticas de assistência estudantil das universidades, de modo a suprir as refeições realizadas anteriormente nos restaurantes universitários.

Por fim, ressaltamos que nossa primeira preocupação é com a vida das pessoas e as universidades e institutos federais têm cumprido um papel indispensável no combate ao COVID-19, com estudantes, professores e técnicos trabalhando incansavelmente na produção de EPIs, respiradores e também atuando nos Hospitais Universitários. Nossas instituições têm um enorme valor para o Brasil e devemos defendê-las nesse momento tão difícil, mas pra que elas sigam fortalecidas não podemos dividir os estudantes ou precarizar o trabalho dos professores.

Sabemos, ainda, que para que essas ações se concretizem é necessário não só um diálogo direto com as reitorias, mas também uma enorme pressão sobre os Governos Estaduais, o MEC, o Governo Federal e o Congresso, para que haja em níveis estaduais e nacional um projeto emergencial para garantir a estrutura que as universidades e institutos federais precisarão para garantir acesso aos estudos e à permanência aos seus estudantes.

O movimento estudantil segue atento, forte e unificado para enfrentar esse governo e lutar pela nossa vida, pelos estudantes, pela educação e por um Brasil justo e democrático.

i <https://istoe.com.br/universidade-de-cambridge-tera- apenas-aulas-online-no-proximo-ano-letivo/>
ii <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/05/19/franca-coronavirus-escolas.htm>
iii <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/26/66percent-dos-brasileiros-de-9-a-17-anos-nao- acessam-a-internet-em-casa-veja-numeros-que-mostrar-dificuldades-no-ensino-a-distancia.ghtml>
iv <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico- dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>

--

Diretoria Plena da União Nacional dos Estudantes
Gestão 2019 - 2021